

Senado aprova incentivos à área de informática até 2019

Cientistas terão isenção para importar bens

Aposentado pode obter crédito com juros mais baixos

Saneamento em Vitória ganha US\$ 36 milhões

Projeto amplia assistência no âmbito do SUS

Páginas 3 a 6

Fotos: Célio Azevedo



REVIRAVOLTA Heloísa (foto maior) comanda a verificação de quórum na votação da Lei da Biossegurança, cuja urgência acabou sendo retirada pelo próprio autor do pedido, Ney Suassuna (foto à direita, acima, entre Sarney e Mercadante)

Lei da Biossegurança fica para o próximo esforço concentrado

O acordo que permitiu a aprovação da Lei da Biossegurança em três comissões na quarta-feira não foi adiante ontem no Plenário. O próprio autor

do substitutivo, senador Ney Suassuna, pediu a retirada do projeto antes de ser votado o requerimento de urgência para inclusão da matéria na ordem do dia.

O líder do governo, Aloizio Mercadante, reconheceu a impossibilidade de manter o acordo e informou que a proposta será votada no período de 5 a 7 de outubro.

Página 5



ENTENDIMENTO Arthur Virgílio (D) participa de negociações sobre a Lei de Informática com Romero Jucá, Hélio Costa e Fernando Bezerra

Tourinho propõe 13 alterações nas parcerias

Página 8



FACTÓIDE Para Antero, invasão de escritório do ex-governador Dante de Oliveira tem motivos eleitorais

Antero protesta contra atitude de juiz em Cuiabá

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) protestou ontem contra as invasões do escritório e da residência do ex-governador de Mato Grosso Dante de Oliveira, bem como da sede do PSDB em Cuiabá, ordenadas pelo juiz federal Sebastião Julier, por alegadas irregularidades na prestação de contas do governo. Antero lembrou que a prestação de contas já foi aprovada pela Justiça Eleitoral e pelo Ministério Público do estado.

– O episódio é um factóide visando perturbar a campanha eleitoral em Cuiabá, onde o candidato petista está fora do segundo turno. O juiz Julier foi quadro do PT e deixou o partido por exigência de seu cargo de magistrado. Um juiz deve agir com isenção – destacou.

Para Antero, o ex-governador precisa apresentar representação junto à Corregedoria contra “esse tipo de magistratura que não trabalha pelos princípios democráticos que devem reger a vida pública”.

Em aparte, Arthur Virgílio (PSDB-AM) garantiu que a invasão, que qualificou de torpe, terá resultados pífios, porque a prestação de contas do ex-governador Dante de Oliveira está em ordem.

Congresso retoma ritmo normal após as eleições, anuncia Sarney

■ Para o presidente do Senado, parlamentares terão agenda cheia e farão um bom trabalho até o fim do ano

O presidente do Senado, José Sarney, anunciou ontem que o Congresso volta ao seu ritmo normal de trabalho a partir do mês de outubro. A decisão foi tomada em acordo com o presidente da Câmara, João Paulo Cunha, com quem o senador encontrou-se pela manhã, durante reunião em que empresários varejistas apresentaram sugestões para a reforma trabalhista e sindical.



DISPOSIÇÃO Em acordo com o presidente da Câmara, João Paulo Cunha (D), Sarney garantiu que Congresso irá recuperar atraso devido às eleições

–Vamos voltar à normalidade dos trabalhos assim que terminar o primeiro turno das eleições. Temos uma longa pauta e vamos fazer um bom trabalho até o fim do ano – afirmou.

Segundo o senador, “o Congresso atrasou-se um pouco por causa das eleições, e temos que recuperar esse tempo perdido”. Indagado sobre a dificuldade de deliberar sobre a pauta

diante do grande número de medidas provisórias enviadas pelo Executivo, o presidente do Senado lembrou que têm sido feitos reiterados apelos ao governo para que diminua o ritmo de edição de MPs.

Ciesp

Sarney recebeu ontem a visita do presidente eleito do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), Cláudio Vaz, que toma posse no próximo dia 27. O presidente do Senado também conversou com o diretor do instituto Cidadania, Pedro Paulo Martoni Branco, de quem recebeu o documento final do Projeto Juventude, destinado a levantar um perfil do jovem brasileiro de hoje.

Agenda

Sessão não deliberativa começa às 9h

A sessão de hoje, marcada para as 9h, é não deliberativa. Sem a votação de projetos, ela se destina aos discursos dos senadores e comunicados da Mesa diretora. Em função das eleições municipais e da participação dos parlamentares nas campanhas dos estados, não estão previstas votações para a próxima semana.



Mesa-redonda sobre mídia e Congresso

Uma mesa-redonda, hoje, sobre a articulação entre os meios de comunicação e o Congresso, com o cientista político Paulo Kramer, as jornalistas Tereza Cruvinel e Eliane Cantanhêde, além dos diretores das Secretarias de Comunicação Social das duas Casas, encerra o 1º Ciclo de Palestras “O Parlamento brasileiro: presente, passado e futuro”. O debate começa às 9h15 no auditório do Interlegis.

Vozes do Século XX

A Rádio Senado apresenta amanhã, às 22h, o *Vozes do Século XX*, que mostra, entre outros, Mrs. Robinson, de Paul Simon, com Simon & Garfunkel; e Mano a Mano, de Gardel, Razzano e Flores, com Carlos Gardel. A reprise será no domingo, às 17h.

Consumo de açúcar

No *Cidadania* de hoje, exibido pela TV Senado às 19h30, o diretor da Sociedade Brasileira de Endocrinologia, Luiz Castro, e a representante do Programa de Alimentação Escolar, Albaneide Peixinho, falam sobre a redução do consumo de açúcar.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



SAÚDE Governo deve ampliar campanha pelo aleitamento materno, recomenda Augusto

Augusto destaca Semana da Amamentação

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) recomendou que o Ministério da Saúde intensifique as campanhas para estimular o aleitamento materno, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste, a fim de que os brasileiros do futuro cresçam fortes e saudáveis. Lembrando que, de 13 a 18 deste mês, é comemorada a Semana Mundial da Amamentação, o senador destacou o *slogan* do evento: “Até seis meses, mudança na alimentação do bebê só se for do peito direito para o esquerdo”.

Referindo-se às providências do Ministério da Saúde para a celebração desta semana, ele disse que, entre outras medidas, serão realizadas ações de incentivo à amamentação exclusiva, sem água, chá ou qualquer outro alimento, nos primeiros seis meses de vida do bebê. E destacou que a amamentação exclusiva é segura porque põe à disposição da criança o único alimento capaz de evitar infecções.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

VOTAÇÕES

Aprovação de 11 emendas determina o retorno à Câmara do projeto que reduz IPI para empresas de informática. Lideranças do governo e do PSDB elogiam o acordo que possibilitou a votação e preservou a Zona Franca de Manaus

Plenário decide manter benefícios da Lei de Informática até 2019



DESTAQUE Azeredo defende emendas apresentadas pelo relator-revisor Cristovam Buarque

Cientista e pesquisador isentos de impostos

As importações de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos destinados à pesquisa científica e tecnológica por cientistas e pesquisadores estarão isentas da cobrança do Imposto de Importação, do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do adicional ao frete para renovação da Marinha Mercante.

A medida faz parte do Projeto de Lei de Conversão 43/04, aprovado ontem pelo Senado Federal, com emendas, e que será mais uma vez analisado pela Câmara dos Deputados antes de seguir para sanção presidencial. Atualmente, a isenção é garantida apenas ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e às entidades sem fins lucrativos.

O acordo interpartidário que deu origem à aprovação da proposta foi elogiado pelos líderes do PSDB, Arthur Virgílio (AM), e do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP).

Nomeado relator *ad hoc*, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ressaltou a importância do dispositivo contido no projeto que estende a pesquisadores e cientistas as mesmas facilidades obtidas por seus colegas que trabalham em instituições de pesquisa.

Azeredo defendeu ainda as emendas que haviam sido apresentadas pelo relator-revisor do projeto, senador Cristovam Buarque (PT-DF).

Uma das emendas suprime o artigo 4º do texto, que buscava estender a produtos nacionais a isenção da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e do PIS-Pasep.

Os benefícios fiscais previstos na Lei de Informática ficam prorrogados até 2019. Isso é o que estabelece projeto de lei da Câmara (32/04) aprovado com emendas ontem pelo Plenário do Senado, graças a um acordo de lideranças. A redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para empresas de desenvolvimento e produção de bens e serviços de informática e automação terminaria em 2009, mas o prazo foi estendido por 10 anos a fim de se compatibilizar a Lei de Informática com a prorrogação dos benefícios da Zona Franca de Manaus, assegurados até 2023 pela reforma tributária.

A matéria, que tramitou em regime de urgência, terá de ser examinada novamente pela Câmara dos Deputados, uma vez que os senadores aprovaram 11 emendas ao projeto original. O acordo de lideranças garantiu a manutenção dos incentivos ex-



ACORDO Parecer de Mercadante foi apresentado em Plenário; Arthur Virgílio, observado por Antero Paes de Barros, elogia a negociação das lideranças

clusivos na Zona Franca para a produção de tubos de televisão. Empresas de todo o país continuam podendo confeccionar monitores de computador. O governo comprometeu-se a realizar um estudo sobre o impacto que representará a convergência tecnológica que está acontecendo entre os dois produtos.

Os fabricantes de televisões de Manaus queriam exclusividade de isenção de impostos também para a produção de monitores, argumentando que no futuro ambos os equipamentos serão um só. A medida geraria desemprego em outros estados. O presidente do Senado, José Sarney, congratulou-se com a Casa por ter

encontrado um acordo para a votação da matéria, mantendo a integridade da Zona Franca de Manaus.

– A questão é importante porque age sobre o equilíbrio econômico entre as regiões e pode causar desigualdade – afirmou o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

O projeto foi aprovado em três comissões do Senado antes de ser examinado pelo Plenário. Na Comissão de Educação (CE), o relator foi o senador Hélio Costa (PMDB-MG); na de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG); e na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o senador Aloizio Mercadante.

Devido a adiamentos da votação na CAE em busca de um acordo, o parecer de Mercadante foi apresentado diretamente em Plenário.

Investimento em pesquisa e tecnologia é obrigatório

Segundo o projeto aprovado ontem pelos senadores, as alíquotas do IPI deverão ser reduzidas gradativamente, conforme o ano e os produtos a serem comercializados. As reduções variam de 95% no período inicial a 23% nos últimos anos.

O projeto também especifica mais detalhadamente como deve ser aplicada a parcela do faturamento bruto das empresas da Zona Franca de Manaus, produtoras de bens e serviços de informática, que é obrigatoriamente investida em pesquisa e desenvolvimento. Esse investimento deve ser de, no mínimo, 5% e é a contrapartida pelas isenções fiscais concedidas a bens industrializados de acordo com a Lei de Informática, de 1991, e recai sobre empresas com faturamento anual superior a R\$ 15 milhões.

Foram aprovadas 11 emendas apresentadas ao projeto. Uma delas confirmou que as empresas de informática continuam obrigadas a investir em pesquisa, conforme determina

a Lei de Informática. Mas dá um prazo de 48 meses para que as empresas paguem os atrasados, reajustados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), referentes a investimentos em pesquisa não feitos em períodos em que as empresas receberam isenções fiscais.

Segundo cálculos do senador Hélio Costa (PMDB-MG), as empresas deixaram de investir R\$ 35 milhões durante a vigência da Lei de Informática. Outra emenda, de autoria da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), incluiu entre as beneficiadas com a redução do IPI as empresas que produzem telefones sem fio. A medida atinge companhias brasileiras, que concorrem com as estrangeiras que têm o benefício.

Os senadores aprovaram ainda mais duas emendas de mérito: uma que regulamenta a possibilidade de compra de equipamento via pregão e outra que dá benefícios fiscais para produtos de informática desenvolvidos por pesquisa brasileira.

Projeto passou por demorada negociação

Durante a discussão do projeto (PLC 32/04), o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) lembrou que a proposta do governo foi alvo de “inúmeras e profundas negociações”, uma vez que atingia grandes interesses de diversas regiões do país.

O senador destacou a importância de preservar o parque industrial de Manaus, que deverá atingir o equilíbrio entre importações e exportações em 2005. Ele defendeu ainda a manutenção apenas dos benefícios fiscais que sejam de interesse do Brasil como um todo.

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) enfatizou a necessidade de o governo federal liberar recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) para permitir que equipamentos de informática sejam levados às escolas públicas. O Brasil tem, segundo Azeredo, mais de R\$ 3 bilhões disponíveis no Fust aguardando investimento.

O senador Hélio Costa



APRIMORAMENTO Hélio Costa ressaltou que Senado cumpriu seu papel de Casa revisora de leis

(PMDB-MG) afirmou que o Senado cumpriu seu papel de Casa revisora aprimorando a proposta presidencial e o texto da Câmara.

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) defendeu a criação de uma subcomissão, ligada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para tratar apenas de informática.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) elogiou o acordo que preservou a Zona Franca e também respeitou os interesses de empresas de todo o país. O senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) agradeceu em nome do povo de Manaus o acordo realizado na votação da matéria.

VOTAÇÕES

Plenário acolhe a proposta que autoriza empréstimo a aposentados com desconto em folha e a que amplia quadro de servidores de tribunais. Em sessão do Congresso, foi aprovado crédito para despesas com fiscalização das eleições

Célio Azevedo



UNANIMIDADE Até a oposição votou, no Plenário, a favor do projeto que permite empréstimo consignado em folha para aposentados do INSS

Empréstimo facilitado para aposentados

Com manifestações de apoio da oposição, o Plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei do Executivo que garante aos aposentados e pensionistas que pertencem ao Regime Geral de Previdência Social (INSS) o direito de contrair empréstimos bancários a serem descontados na respectiva folha de pagamento, a exemplo do que já ocorre com os empregados com carteira assinada. A proposição vai agora à sanção presidencial.

O projeto (44/04), como assinalou o relator, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), irá ampliar as alternativas de acesso a empréstimos e operações de arrendamento mercantil a cerca de 23 milhões de brasileiros que, afirmou, percebem benefícios de menor valor e não contam com patrimônio suficiente para contratar operações financeiras desse tipo.

Pelo projeto, aposentados e pensionistas poderão pleitear empréstimos nas respectivas agências bancárias, cujas prestações não poderão comprometer mais de 30% do valor dos benefícios. Mercadante destacou que, a partir de agora, milhões de pessoas terão acesso às taxas oficiais de crédito fixadas pelos bancos, sem ter que recorrer ao mercado marginal e sujeitar-se “a juros escorchantes cobrados muitas vezes por agiotas”.

Para o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), a matéria é de largo alcance social e vai permitir a entrada de recursos no mercado, o que será benéfico, disse, para a economia brasileira. O líder estranhou, entretanto, que a proposição tenha entrado em votação extrapauta, “pegando a todos de surpresa”. A posição foi compartilhada por Lúcia Vânia (PSDB-GO).

Aprovados cargos para tribunais superiores

Por votação simbólica, o Plenário aprovou projeto que cria, na Secretaria do Supremo Tribunal Federal, 46 cargos de analista judiciário, 88 cargos de técnico judiciário, 25 cargos em comissão e 79 funções comissionadas. Pelo projeto, as despesas decorrentes da criação dos novos cargos, orçadas em R\$ 8,7 milhões por ano, serão cobertas por dotações orçamentárias do STF.

Em seu parecer favorável ao projeto (PLC 56/04), o senador Demostenes Torres (PFL-GO) aceitou a justificativa do STF de que o acréscimo de pessoal pretendido é a forma de ajustar o quadro permanente às reais necessidades do serviço realizado pelo tribunal. Atualmente essa prestação de serviço jurisdicional está defasada diante da crescente demanda.

Foi aprovado um segundo projeto (PLC 55/04) de iniciativa do STF, aumentando de

12% para 30% o valor da Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ) devida aos servidores do Poder Judiciário da União. O aumento, conforme justifica o tribunal, tem a finalidade de restabelecer a equiparação histórica desses servidores com os do Ministério Público.

Suporte ao STJ

A criação de um total de 116 novos cargos e funções no quadro de pessoal do Superior Tribunal de Justiça (STJ) foi aprovada pelo Plenário. O projeto (PLC 54/04) cria 40 cargos em comissão e 76 funções comissionadas e também obteve parecer favorável de Demostenes Torres. De acordo com o senador por Goiás, os novos servidores darão suporte estrutural e operacional ao desempenho de cada ministro do STJ.

Também em votação simbólica, foi aprovado projeto de lei (PLC 57/04) que, conforme



Roosevelt Pinheiro

CONCORDÂNCIA Demostenes Torres apresenta relatório favorável ao aumento de pessoal para o STF e STJ

o Plano de Estruturação do Exército Brasileiro, reorganiza o quadro especial de terceiros-sargentos do Exército, colocando essa graduação como limite de carreira para os praças não oriundos das escolas de formação, incluídos os taifeiros-mor.

A matéria estabelece ainda os requisitos para a ascensão dos cabos e taifeiros-mor do Exército à graduação de terceiro-sargento e de soldados estabilizados do Exército à graduação de cabo.

Os quatro projetos vão à sanção presidencial.

TRT de Santa Catarina terá reforço no quadro de servidores efetivos

O Senado aprovou ontem o projeto de lei da Câmara que cria 158 cargos efetivos no Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (Santa Catarina). Os cargos vão dotar o tribunal de estrutura adequada à prestação do serviço realizado pelo órgão, segundo argumentou o relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Arthur Virgílio (PSDB-AM). O projeto (PLC 39/04) segue agora para

sanção presidencial.

Foi aprovada também a inclusão na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal a interligação das rodovias federais BR-101 e BR-104, que ligam os municípios de São José da Lage a Novo Lino, ambos em Alagoas. O projeto de lei da Câmara (PLC 40/04) teve como relator na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) o senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL). A matéria

agora vai à promulgação.

Na sessão plenária de ontem também foi aprovado projeto de decreto legislativo (PDL 416/03) que outorga concessão de funcionamento à TV Top em Blumenau, Santa Catarina. Quando em tramitação na Comissão de Educação (CE), a matéria recebeu parecer favorável do senador Leonel Pavan (PSDB-SC). O projeto vai à sanção presidencial.

Crédito para Justiça Eleitoral fiscalizar eleições

Em sessão do Congresso Nacional realizada ontem, foi aprovado crédito especial de R\$ 30,3 milhões para o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), destinado à fiscalização das próximas eleições de outubro.

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) criticou a morosidade do governo, que até quarta-feira não havia enviado ao Congresso a mensagem presidencial com

a solicitação de crédito para a Justiça Eleitoral. Ele louvou o bom senso dos deputados e senadores que permitiu a aprovação do projeto em sessão extraordinária.

– É um desrespeito se deixar uma matéria dessa magnitude para o apagar das luzes das sessões do Congresso. Que o episódio sirva de alerta aos burocratas do Planalto – advertiu o senador pelo Piauí.

O líder do PFL na Câmara, José Carlos Aleluia (BA), disse que o Ministério do Planejamento precisa ser mais previdente e cauteloso em suas demandas de crédito suplementar, abstando-se de misturar, num mesmo pedido, crédito para a Justiça Eleitoral e para as viagens presidenciais. O Congresso preferiu desmembrar o pedido, deixando o crédito das viagens para outra ocasião.



Célio Azevedo

ATRASSO Heráclito critica morosidade do governo no envio de mensagem presidencial com solicitação de crédito: “Que o episódio sirva de alerta aos burocratas do Planalto”

VOTAÇÕES

Depois de aprovar projetos sobre os quais havia consenso, senadores decidiram aguardar próximo esforço concentrado para examinar proposta que trata de pesquisas com células embrionárias e do plantio de transgênicos

Célio Azevedo



OPOSIÇÃO Heloísa Helena (de pé, à direita) comandou manobra no Plenário para pedir verificação de quórum, dificultando votação de projeto

Plenário adia para outubro o exame da Lei da Biossegurança

O acordo de líderes que permitiu a votação do substitutivo do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) ao projeto da Lei da Biossegurança em reunião conjunta das três comissões (Assuntos Econômicos, Assuntos Sociais e Constituição, Justiça e Cidadania), encurtando sua tramitação no Senado, emperrou no Plenário. Suassuna pediu a retirada do projeto antes mesmo de ser votado o requerimento de urgência para inclusão da matéria na pauta da sessão deliberativa de ontem.

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), reconheceu a impossibilidade de manter o acordo e informou,

após a sessão, que o projeto será votado com “prioridade absoluta” no próximo esforço concentrado, previsto para os dias 5, 6 e 7 de outubro, após o primeiro turno das eleições municipais, junto com os destaques à reforma do Judiciário. Mercadante admitiu que o governo deverá editar medida provisória para dar amparo legal ao plantio e à comercialização da safra de soja transgênica. O produto começa a ser plantado ainda este mês no Centro-Sul do país.

A manobra no Plenário para pedir verificação de quórum foi comandada pela senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), que agradeceu o apoio dos

senadores Alvaro Dias (PSDB-PR), Pedro Simon (PMDB-RS), Flávio Arns (PT-PR), Paulo Octávio (PFL-DF), Papaléo Paes (PMDB-AP), Demostenes Torres (PFL-GO) e José Jorge (PFL-PE).

– Isso mostra que não há consenso sobre uma matéria tão complexa – disse Heloísa.

Otimismo

Mercadante preferiu não polemizar, observando que o Senado conseguiu votar matérias importantes para a sociedade, entre elas o projeto que prorroga os incentivos ao setor de informática. Ele agradeceu o espírito público dos parlamentares que conseguiram separar o palanque eleitoral da atividade

de legislativa.

– O texto final do substitutivo ficou ruim e não havia garantia de que a decisão do Senado seria mantida na Câmara – avaliou Alvaro Dias. “É um projeto que mexe com o futuro da Humanidade.”

O líder do governo manteve o tom otimista ao declarar à imprensa sua confiança de que o projeto de Lei da Biossegurança deverá ser aprovado por ampla maioria no primeiro esforço concentrado de outubro. Ele reconheceu, porém, que ainda não há previsão de prazo para a votação do projeto que institui as parcerias público-privadas (PPPs), que depende de novos acordos.

Um projeto cercado de polêmica

Apesar de aprovado com folga em três comissões, o projeto de Lei da Biossegurança sofre forte oposição dos que rejeitam as pesquisas genéticas com células embrionárias e dos que criticam as facilidades para o plantio de sementes transgênicas.

Uma ala do PT, por exemplo, quer simplesmente a derrota do substitutivo de autoria do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) e o retorno do projeto original aprovado na Câmara dos Deputados, que era mais restritivo em relação à transgenia. Estão nesse grupo as senadoras Serys Slhessarenko (MT) e Fátima Cleide (RO) e o senador Sibá Machado (AC), cujas pretensões “são legítimas”, no entender do líder do governo, senador Aloizio Mercadante

(PT-SP), que votou a favor do projeto em reunião conjunta na quarta-feira das Comissões de Assuntos Econômicos, Assuntos Sociais e Constituição, Justiça e Cidadania.

Por intermédio de sua assessoria, Suassuna disse estar confiante na aprovação do texto, que contaria com amplo apoio do PMDB e do PSDB. Entre os dissidentes do PMDB está o senador Pedro Simon (RS), que pede mais tempo (pelo menos três meses) de discussão dos aspectos éticos das pesquisas com células de embriões humanos. Essa posição é compartilhada pelo senador Flávio Arns (PT-PR), outro que orienta sua posição sobre o assunto com base em princípios religiosos. Ainda que preocupado com aspectos

éticos e religiosos, o senador Tião Viana (PT-AC) considera aceitáveis os mecanismos de controle da pesquisa constantes do substitutivo.

O senador Osmar Dias (PDT-PR) faz uma defesa crítica do substitutivo, elogiando as cláusulas que permitem o plantio de sementes transgênicas. Os plantadores de soja pressionam o governo para que baixe uma medida provisória prorrogando a autorização temporária do plantio de transgênicos.

– O calendário agrícola não depende do calendário do Congresso Nacional. Os agricultores brasileiros, especialmente os do Sul do país, estão sem saber o que fazer. Milhares de produtores estão em situação extremamente complicada e delicada – afirmou Osmar.

Violência contra mulher pode entrar em currículo

O problema da violência contra a mulher poderá fazer parte dos currículos do ensino fundamental e médio, juntamente com uma relação de outros assuntos chamados “temas transversais” (que não constituem uma disciplina específica no quadro curricular, mas são abordados em várias matérias de estudo).

Conforme substitutivo apresentado pela relatora, senadora Fátima Cleide (PT-RO), a projeto da Câmara (PLC 23/04) aprovado ontem pelo Plenário, a mudança atende a preceito da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) segundo o qual é necessário que os currículos escolares propiciem conhecimento básico capaz de estimular a formação de valores éticos, como a igualdade e o respeito entre os seres humanos. A matéria voltará ao exame da Câmara.

Abandono do lar

Os senadores também aprovaram a redação final, da Comissão Diretora, de projeto de lei da Câmara (PLC 103/02) que altera o Código Civil para estabelecer novas regras sobre o abandono do lar justificado por um dos cônjuges. Conforme o texto, o abandono urgente do lar, em virtude de risco que o esposo ou a esposa estejam sentindo em função de comportamento ameaçador do cônjuge, é uma possibilidade legal e não acarretará a perda de direitos no caso de posterior separação judicial.

A definição se estende a situações em que os filhos do casal estejam também correndo risco iminente. O projeto determina que caberá ao companheiro que abandonou o lar provar a grave conduta do outro.



Roosevelt Pinheiro

RESPEITO Fátima Cleide relatou projeto que defende estímulo à formação de valores éticos

Em caso de desacordo, vale o menor preço

No caso de divergência de preços para um mesmo produto entre os sistemas de informação de preços utilizados por estabelecimentos comerciais, o consumidor pagará o menor dentre eles, de acordo com o projeto de lei da Câmara (PLC 93/03) aprovado ontem em Plenário e que segue para sanção presidencial.

Os comerciantes que descumprirem as determinações contidas no projeto deverão receber inicialmente advertência e, em caso de reincidência, terão de pagar multa de R\$ 50 a R\$ 250 por infração.

Ao utilizar o código de barras para a afixação de preços nos produtos que oferece ao consumidor, ainda segundo o projeto, o comerciante deverá expor, de forma clara e legível, informação relativa ao preço à vista do produto.

VOTAÇÕES

Entre as decisões do Plenário, está a aprovação do projeto que prevê a atuação de todas as profissões de saúde no âmbito do SUS e do empréstimo para saneamento em Vitória

Saneamento em Vitória terá US\$ 36 milhões do Banco Mundial

O governo do Espírito Santo foi autorizado pelo Plenário do Senado a contratar empréstimo do Banco Mundial no valor de US\$ 36 milhões. O projeto de resolução (PRS 33/04) obteve urgência e foi incluído na pauta de votações de ontem. Os recursos destinados ao financiamento parcial do programa de saneamento ambiental do estado, intitulado Projeto Águas Limpas, marcam o retorno da captação do governo capixaba junto aos organismos internacionais de crédito, depois de promover um ajuste fiscal que lhe permitiu obter aval da União para suas operações externas.

Os senadores também votaram a favor do projeto de decreto legislativo (PDL 888/04) que aprova o texto do tratado de cooperação bilateral de longo prazo entre os governos da Ucrânia e do Brasil, celebrado em 21 de outubro de 2003, para utilização de veículo de lançamento Cyclone-4 no Centro de Lançamento de Alcântara (MA).

O parecer emitido pelo senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), favorável ao projeto, informa que o acordo prevê que o sistema de lançamento espacial Cyclone-4 deverá estar em operação até 30 de dezembro de 2006.

O Brasil, continuou o senador, ficará incumbido de desenvolver a infra-estrutura geral do Centro de Lançamento de Alcântara. À Ucrânia caberá desenvolver o veículo de lançamento Cyclone-4, suas unidades e montagens, testes integrados, capacitação para a fabricação, produção do modelo de injeção elétrica de combustível para testes e o primeiro modelo de voo de qualificação.

Projeto amplia assistência no Sistema Único de Saúde

O Plenário do Senado aprovou, ontem, substitutivo do senador Edison Lobão (PFL-MA) ao projeto de lei da Câmara que amplia os objetivos do Sistema Único de Saúde (SUS). A proposição (PLC 03/02) altera a Lei Orgânica da Saúde e estabelece que “a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas” – um dos objetivos do SUS –, será feita “no âmbito de todas as profissões de saúde reconhecidas”.

A proposta original, do deputado Ricardo Ferraço, determinava que o SUS prestasse serviços de prevenção e tratamento odontológicos, usando para isso todos os meios e técnicas necessários. Lobão optou por apresentar substitutivo, alterando a lei já existente e dando ao texto um caráter mais genérico, que contemplasse a atuação de todas as profissões



SOLUÇÃO Substitutivo de Lobão prevê atuação de todas as profissões de saúde no âmbito do SUS

de saúde na execução integrada das ações assistenciais e preventivas. O projeto será agora submetido a turno suplementar no Plenário do Senado, para possibilitar a apresentação de emendas visando aprimorar o texto substitutivo.

Para Lobão, a Presidência do Senado acertou ao alertar que a proposição aprovada pela Câmara tinha relação com a Lei Orgânica da Saúde. O relator, “em atendimento às regras da

boa técnica legislativa”, afirmou ser melhor promover a alteração da referida norma, em vez de se aprovar uma “lei extravagante”.

No relatório, Lobão argumenta ainda que, como a Lei Orgânica da Saúde “não se refere especificamente à assistência médica em nenhum momento, mas à assistência à saúde em geral”, não seria propício mencionar uma área da saúde, como a Odontologia. Para ele, “o mais indicado é que proponha a atuação de todas as profissões de saúde reconhecidas”.

O projeto tramita no Senado desde fevereiro de 2002 e teve três relatores na Comissão de Assuntos Sociais. Antes de Lobão, apresentaram pareceres favoráveis à aprovação o senador Tião Viana (PT-AC) e o então senador (atualmente deputado federal) Roberto Freire. Lobão apresentou relatório semelhante e texto substitutivo idêntico ao apresentado pelo senador Tião Viana em abril de 2002.

Senado aplaude sentença contra destituição de Bustani

Manifestação de júbilo pela decisão do Tribunal Administrativo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que considerou ilegal a interrupção do mandato do embaixador brasileiro José Maurício Bustani à frente da Organização para a Proibição das Armas Químicas (Opaq) foi aprovada ontem pelo Plenário do Senado. A iniciativa foi do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), que apresentou requerimento nesse sentido.

Segundo o senador, Bustani foi pressionado pelo governo norte-americano por defender a realização, por técnicos da

própria Opaq, de investigação sobre a existência de supostas armas de destruição em massa no Iraque. E acabou destituído do cargo, em decisão agora contestada pelo tribunal da OIT.

– O embaixador Bustani teve uma atitude extremamente corajosa e responsável, que deve ser valorizada, e prestigia o Brasil na comunidade de nações – disse Mercadante.

Foram igualmente aprovados três requerimentos – um de autoria de Mercadante e dois apresentados pelo senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) – de congratulações ao ministro das Relações Exteriores, Celso



CORAGEM Atitude de Bustani na Opaq “prestigia o Brasil”, segundo o requerimento

Amorim, ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso por vitória obtida pelo Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC), em ação contra os subsídios pagos aos produtores de algodão pelo governo dos Estados Unidos.



RECUPERAÇÃO Camata lembra que, depois de 12 anos, o Espírito Santo consegue empréstimo internacional

Camata comemora boa situação financeira do ES

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) manifestou sua satisfação com a recuperação financeira do estado do Espírito Santo. Camata destacou a importância da autorização de empréstimo de US\$ 36 milhões do Banco Mundial para o Espírito Santo, aprovado ontem. Os recursos destinam-se ao programa de saneamento estadual intitulado Projeto Águas Limpas.

Camata informou que há 12 anos empréstimos de organismos internacionais vinham sendo recusados ao Espírito Santo, devido à situação de endividamento do estado. Mas destacou que o atual governador, Paulo Hartung, conseguiu regularizar a situação econômica do estado e, hoje, o Espírito Santo está “em ótimas condições de voltar ao mercado internacional”.

O senador afirmou que os recursos do empréstimo do Banco Mundial serão aplicados na rede de esgoto e melhoria do abastecimento de água em sete municípios da Grande Vitória. O financiamento, acrescentou, irá promover o bem-estar de populações carentes e permitirá a construção de 500 quilômetros de linhas de esgoto. O senador informou ainda que, na Baía de Vitória, são despejados diariamente 70 milhões de litros de esgoto sem tratamento, o que afeta o meio ambiente e a qualidade das praias para o banho.

Rádio Senado debate Universidade para Todos

A medida provisória (MP 213/04) que institui o Programa Universidade para Todos (Prouni) já está no Congresso. A medida regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, obrigando, por exemplo, as instituições filantrópicas a destinarem 10% de sua receita bruta para

financiamento de bolsas integrais a alunos carentes.

A matéria já estava em análise na Câmara dos Deputados, por meio de um projeto de lei, mas o governo resolveu editar a MP para que as novas regras fossem aplicadas nos primeiros vestibulares de 2005.

É sobre este assunto que a Rádio

Senado realiza seu debate na segunda-feira, no programa *Conexão Senado*, que vai ao ar a partir do meio-dia.

Participam da discussão o presidente da UNE, Gustavo Petta, e a presidente do Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas, Mara Regina Rösle. Também foram convidados o ministro da Educação, Tarso

Genro, e os senadores Osmar Dias (PDT-PR), presidente da Comissão de Educação do Senado, e Cristovam Buarque, ex-ministro da Educação.

O ouvinte também pode participar do programa e tirar suas dúvidas pelo e-mail conexão@senado.gov.br ou pelo telefone 311-1182, e pelo fax 311-2777.

Alvaro Dias critica Copom pelo aumento dos juros

Fotos: Célio Azevedo



RISCOS Segundo Alvaro Dias, a medida poderá levar a demissões, como prevê o presidente da Fiesp

A decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) de aumentar os juros básicos da economia de 16% para 16,25% ao ano foi criticada ontem pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR). A medida, na avaliação do senador, vem na contramão do “pífio” crescimento econômico alardeado pelo governo e que, observou, está muito aquém do verificado em países emergentes.

Alvaro afirmou que a retomada nas contratações serviu para baixar o custo da folha de salários das empresas. Segundo ele, 54,3% dessas contratações foram feitas com remuneração de um salário mínimo a um salário mínimo e meio. O senador alertou para o risco de o aumento dos juros promover demissões.

– O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, afirmou que não sabe onde os juros vão parar, como se com-

portará a demanda depois desse aumento e como vão ficar os postos de trabalho – relatou.

Alvaro lamentou o fato de que o Brasil se mantenha na segunda posição entre os países com as taxas mais altas do planeta, próximo à Turquia, campeã dos juros mundiais. Além de criticar o que classificou de “insensibilidade” do Copom, o senador advertiu para a disposição do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, divulgada pela imprensa, de aumentar a meta do superávit fiscal de 4,5% para 5% em função do melhor desempenho da arrecadação federal.

– Essas são atitudes que desestimulam o crescimento da economia – sublinhou.

Mercadante diz que pressão inflacionária provocou alta da Selic

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), avaliou que a decisão do Conselho de Política Monetária é uma medida de racionalidade econômica. De acordo com o senador, a elevação decorre do forte crescimento da economia e da retomada da inflação. Ele acredita, entretanto, que a medida não terá nenhum impacto no crescimento econômico.

– Como houve um aumento da inflação, a taxa de juros real passa a ser semelhante a um período que nós tivemos há algum meses. Portanto, não acredito que venha a ter qualquer impacto no ritmo de crescimento. Há a pressão inflacionária que é contornável. Existem todos os instrumentos que podem ser utilizados. E a racionalidade econômica tem que ser utilizada – afirmou o líder do governo em entrevista coletiva.

Mercadante defendeu a posição do governo de adotar essa medida difícil, mesmo em um período pré-eleitoral, o que difere, segundo lembrou, da tradição histórica de administração do país.

– Na história do Brasil, há

a tradição de que medidas difíceis sempre ficam para depois das eleições. No Plano Cruzado, foi assim; na âncora cambial, em 1998, na reeleição de Fernando Henrique Cardoso, foi assim e o país pagou um preço imenso. E o governo que opta pelo caminho de perder credibilidade para manter a sua popularidade eleitoral destrói a sua credibilidade. Esse governo não fará isso – explicou o senador.

Sobre posições dentro do governo contrárias à elevação da taxa, Mercadante observou que o Copom recebe as opiniões de todos os segmentos da sociedade, mas que adota como critério fundamental a convicção técnica, levando em conta todas as informações de que dispõe, sobretudo as relativas à inflação.

– O mais importante disso tudo é que o governo está dando uma demonstração de credibilidade. De que não vai tomar o caminho fácil do imediatismo eleitoral e preferir tomar medidas para que o país continue crescendo com estabilidade e o controle da inflação – finalizou.

Osmar Dias: Lula pode se tornar inelegível em 2006

■ Senador acusa o governo de promover desvio de finalidade das verbas arrecadadas por meio da Cide



REQUERIMENTO Osmar Dias apresentou pedido de informação sobre uso da Cide e da CPMF

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva corre o risco de se tornar inelegível em 2006, quando disputaria a reeleição, por descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, alertou ontem, em Plenário, o senador Osmar Dias (PDT-PR). Ele acusou o governo de promover desvio de finalidade das verbas arrecadadas por meio da Contribuição sobre Intervenção no Domínio Econômico (Cide), criada para financiar a reconstrução das rodovias e da infra-estrutura de logística do país.

Osmar Dias apresentou dois requerimentos de informação ao Executivo. Um deles para saber a destinação da arrecada-

ção da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). E outro para conhecer onde têm sido efetivamente aplicados os recursos provenientes da arrecadação da Cide.

– Queremos obter do governo informações para depois tomar as providências cabíveis – afirmou Osmar Dias, após lembrar que um prefeito do interior do Paraná foi impedido de concor-

rer às eleições por haver encaminhado para a construção de uma creche recursos que seriam aplicados no calçamento de ruas da cidade.

Na opinião do senador pelo Paraná, se essa prática pode ser considerada desvio de finalidade, ainda mais o seria a aplicação de recursos da Cide, como estaria ocorrendo, para o pagamento de despesas de vale-transporte e vale-alimentação de funcionários públicos, além da amortização da dívida pública.

Em 2003, disse o senador, baseado em estudo que encomendou, R\$ 2 bilhões arrecadados por meio da Cide – de um total de R\$ 5,9 bilhões, já excluídos os recursos de livre utilização pelo Executivo – foram destinados ao superávit primário. Em 2004, observou, a arrecadação pode alcançar R\$ 10 bilhões, mas somente R\$ 3 bilhões seriam destinados à conservação de rodovias.

Paim destaca iniciativas de valorização dos negros

Em discurso ontem em Plenário, o senador Paulo Paim (PT-RS) manifestou sua satisfação com as inúmeras iniciativas voltadas para a melhoria da auto-estima dos afro-descendentes e dos portadores de necessidades especiais. Em sua opinião, todas as medidas são meritórias e bem-vindas, pois ajudam a reduzir a dívida social que o país tem com essas comunidades.

Entre as iniciativas, Paim citou matéria publicada pela revista *Raça* que lista os 80 negros de mais destaque na sociedade. Ele disse que se sentia honrado em constar da reportagem ao lado de jogadores como Pelé, Ronaldinho Gaúcho, Ronaldo e Romário e do autor do livro *Cidade de Deus*, Paulo Lins.

– Sinto-me gratificado, pois estou ao lado de pessoas que conseguiram se destacar e lutaram contra a discriminação – declarou Paim. Ele também elogiou o Troféu Raça Brasil da Comunidade Negra, que premia os afro-descendentes que mais se destacaram. Paim aproveitou para informar que será um dos premiados no próximo dia 12 de novembro, junto



PRÊMIO Paim será agraciado, no dia 12 de novembro, com o Troféu Raça Brasil da Comunidade Negra

com outros quatro políticos da comunidade negra.

O parlamentar gaúcho também comunicou que o projeto de sua autoria que cria o Estatuto dos Portadores de Deficiência deverá receber parecer do relator, senador Flávio Arns (PT-PR), até o início do mês de outubro. Segundo Paim, o estatuto tem relevância pois vai definir condições para potencializar oportunidades às pessoas deficientes.

Em aparte, Arns explicou que seu parecer será passível de aperfeiçoamento. Também em aparte, Ideli Salvatti (PT-SC) elogiou Paim por lançar o debate sobre preconceito.



DESENVOLVIMENTO Obra é antiga reivindicação da população do Amapá, ressalta Papaléo

Papaléo elogia asfaltamento de trecho da BR-156

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) elogiou a decisão do governo de iniciar as obras de pavimentação asfáltica do trecho da BR-156 que liga a capital do Amapá, Macapá, ao município de Oiapoque. O parlamentar afirmou que a obra é uma antiga reivindicação da população e irá trazer novo impulso de desenvolvimento para o estado.

Papaléo registrou também que, para a concretização do asfaltamento do trecho da estrada, foi importante o empenho de alguns homens públicos, entre os quais os senadores João Capiberibe (PSB-AP) e José Sarney (PMDB-AP).

Tourinho negocia novas alterações nas PPPs

■ Senador fundamenta propostas de mudança nas legislações espanhola, inglesa e portuguesa

Além do limite de 1% da receita líquida da União, estados e municípios para os contratos de parcerias público-privadas, já definido por acordo entre governo e oposição, o projeto poderá sofrer 13 alterações propostas pelo senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), que negocia com o governo em nome do seu partido e do PSDB. Uma delas restabelece o prazo de 35 anos para que o parceiro privado opere o serviço, antes do retorno ao setor público.

Outra emenda de Tourinho que pode ser acatada pela liderança do governo é a que determina que a execução de qualquer obra por meio de parceria público-privada seja obrigatoriamente vinculada à manutenção. Ou seja, uma empresa que construa uma ferrovia terá que operá-la e mantê-la, não sendo aceita a



EXEMPLOS Tourinho propõe a partilha de riscos entre os parceiros como cláusula obrigatória

simples construção. O senador baseou boa parte de suas propostas de emenda nas legislações espanhola e inglesa.

Ele propõe, por exemplo, que em determinados contratos o parceiro privado possa também operar serviços complementares, a fim de aumentar a lucratividade e reduzir os gastos do parceiro público. Outras propostas inspiradas em ingleses e espanhóis permitem tanto ao agente financiador como à administração pública intervir na execução do projeto de parceria, para assegurar a qualidade e a continuidade do serviço.

Da legislação portuguesa, Tourinho retirou a emenda que estabelece claramente a partilha de riscos entre os parceiros, como cláusula obrigatória, devido à longa duração dos contratos. O senador propôs também a criação de um fundo fiduciário, que garantirá a verba específica para as PPPs.

Outra emenda do senador da Bahia proíbe que ocupantes de cargos, funções e empregos públicos das administrações direta e indireta, ou membros de qualquer dos Poderes, detentores de mandatos eletivos e demais agentes políticos, cônjuges ou parentes de até segundo grau proponham parcerias público-privadas.

Pelo entendimento entre o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), e o do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), haverá um calendário de votação: uma semana será reservada a audiências públicas com especialistas, uma outra semana ao debate e votação nas comissões e finalmente a votação em Plenário, depois das eleições municipais. As datas ainda serão definidas.

José Jorge quer investigar denúncia contra Cobra

O senador José Jorge (PFL-PE) reiterou ontem, em discurso no Plenário, preocupação quanto à maneira como a Cobra Tecnologia, empresa vinculada ao Banco do Brasil, vem atuando no mercado de informática. Segundo ele, há várias denúncias na imprensa de que a Cobra estaria contratando sem licitação empresas que o governo federal teria interesse em beneficiar, burlando, desse modo, a forma legal de contratação no setor público.

– A maneira como a Cobra vem atuando no mercado de informática é muito preocupante, principalmente porque atua no sentido de proteger e favorecer determinadas empresas com contratos terceirizados e sem licitação, e nós aqui no Congresso temos que investigar – alertou.

José Jorge comunicou ter protocolado junto ao Tribunal

de Contas da União (TCU), no dia 24 de agosto, representação em que solicita a apuração de irregularidades e a anulação de contrato firmado entre o Banco do Nordeste e a Cobra Tecnologia.

De acordo com o senador, são espantosos os valores e o formato dos contratos firmados.

Todos eles, segundo disse, planejados e executados por intermédio da Casa Civil, onde a empresa teria sido recriada, como ressaltou, no início do governo do PT para funcionar como intermediária em negócios de tecnologia entre o governo e a iniciativa privada.

O último escândalo divulgado pela imprensa sobre a atuação da empresa, conforme o senador, refere-se a um dos principais projetos da atual gestão municipal do PT em São Paulo, que foi a implantação do Bilhete Único – mecanismo que



ESPANTO José Jorge: Cobra terceirizou para outras 30 empresas serviços sob sua responsabilidade

libera várias viagens de ônibus ao custo de uma passagem em um prazo de duas horas.

– A viabilização desse projeto está sendo possível graças a dois contratos sem licitação que somam R\$ 249 milhões – afirmou ele.

José Jorge disse causar espanto o fato de grande parte dos serviços para os quais a Cobra foi contratada ter sido terceirizada para 30 empresas privadas, que ficam com 90% do total pago no contrato. A notícia foi divulgada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, segundo o parlamentar.



DEFESA Entre Márcio Araújo, Armando Rollemberg e Ademir Malavazzi, João Paulo diz que o Legislativo não aceita cerceamento da liberdade de imprensa

João Paulo destaca importância da imprensa

O presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, ao abrir o quarto dia do 1º Ciclo de Palestras “Parlamento brasileiro: passado, presente e futuro”, falou sobre a importância da aproximação entre o Poder Legislativo e a imprensa e destacou o papel que foi desempenhado por essas duas instituições no combate ao regime militar. João Paulo considerou indispensáveis a liberdade de expressão e o direito à crítica.

– Qualquer matéria que possa cercear a liberdade de expressão não vencerá no Legislativo – acrescentou.

Sobre a criação, especificamente, do Conselho Federal de Jornalismo, ele disse acreditar que “aquilo que pode significar qualquer risco à profissão não

terá aprovação na Câmara”.

– Além disso, não sendo uma matéria urgente, ela será muito bem analisada para depois ir ao Plenário. Todas as dúvidas serão sanadas no decorrer de sua apreciação – lembrou.

Já o diretor da Secretaria de Comunicação do Senado, Armando Rollemberg, elogiou a ampla estrutura de comunicação do Congresso e destacou a importância da Rádio, da Agência, do *Jornal* e da TV Senado e manifestou sua satisfação com a formação de uma parceria entre Senado e Câmara para a criação de um canal público internacional brasileiro de TV. Esse projeto visa atingir, primeiramente, os países da América do Sul e, posteriormente, países como a China e a Rússia.

Música de qualidade nos programas da Rádio Senado

A moderna música popular brasileira ganha espaço no fim de semana na Rádio Senado, que dedica às intérpretes mais conhecidas do gênero o programa *Música do Brasil*, que irá ao ar amanhã, às 16h, e será reapresentado no domingo, às 16h.

Canções como *Quem de Nós Dois*, de Grignani e Massimo Luca, *Encontros e Despedidas*, de Milton Nascimento, e *Agora só Falta Você*, de Rita Lee e Luiz Sérgio, serão interpretadas pelas cantoras Ana Carolina e Maria Rita, tendo esta última recebido prêmio de artista revelação do Grammy latino deste ano.

Também nesta semana, o programa *Música Erudita e seus Mestres* apresenta uma coletânea da música clássica, com obras como a *Sonata para Piano*, de Schubert, *Con-*

tos dos Bosques de Viena, de Strauss, e *Bosques Silenciosos*, de Dvorak. Produzido e apresentado pelo ex-senador Artur da Távola, a atração vai ao ar neste sábado, às 11h, com reprise no domingo, às 15h.

A Rádio Senado apresenta ainda *Vozes do Século XX*, que busca resgatar a memória musical nacional e internacional, os grandes intérpretes e as canções inesquecíveis.

A edição deste sábado, que vai ao ar às 22h, também conduzida por Artur da Távola, tem como marca a variedade e mostra, entre outros, *Mrs. Robinson*, de Paul Simon, com Simon & Garfunkel; *Mano a Mano*, de Gardel, Razzano e Flores, com Carlos Gardel; e *Escurinha*, de Geraldo Pereira e Arnaldo Passos, com Zizi Possi. A reprise será no domingo, às 17h.